

O Maranhão no contexto da Monarquia católica: uma história conectada

Roberta Lobão Carvalho*

Resumo: Neste artigo buscamos analisar o papel do Maranhão no contexto da Monarquia Católica. Esta análise será realizada a partir da História Conectada, com a intenção de observar essa fase da história do Maranhão por uma perspectiva global, visando nos afastar das ideias dicotômicas de centro e periferia, que sempre colocam essa parte do mundo numa perspectiva congelada, ou estereotipada.

Palavras-chaves: Maranhão, Monarquia Católica, História conectadas.

Maranhão in the context of the Catholic Monarchy: a connected history

Abstract: in this article we analyze the role of Maranhão in the context of the Catholic Monarchy. This analysis will be developed from the Connected History with the intention of observing this phase of the history of Maranhão from a global perspective, in order to ward of dichotomous ideas of center and periphery, which always put that part of the world in a freeze perspective, or stereotyped.

Keywords: Maranhão, Catholic Monarchy, Connected History

Introdução

Na sociedade do período colonial os textos circulavam como forma constitutiva de conhecimento. Naquela sociedade escrever ou ler um texto era por si só expressão de poder, pois faziam circular propaganda e informações de territórios pouco conhecidos, como a vasta área da Amazônia. Neste artigo buscaremos analisar alguns escritos sobre a região que conhecemos atualmente como Maranhão e as conexões existentes no início de sua colonização. Vale ressaltar aqui, que algumas vezes vamos nos referir a esta área simplesmente como Amazônia, devido aos seus contornos pouco precisos nos anos iniciais de sua ocupação, e ainda, esse território fora visto como parte da América espanhola por muito tempo, como veremos adiante na representação cartográfica de Arnoldus Florentinus, datada do século XVI.

Buscaremos entender essa questão pelo *viés* da chamada História Conectada que, de acordo com o historiador Serge Gruzinski, é importante por nos afastar do et-

* Aluna de doutorado do PpHist da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Santa Inês.

nocentrismo europeu, que busca estudar a história a partir de suas perspectivas sociais, econômicas e políticas. Explicando o mundo por seus olhos, e seus conceitos. O autor apresenta uma nova forma de abordagem da história ibérica, uma abordagem que não deixa de fora as ligações entre Espanha e Portugal, que não privilegia as clivagens que foram construídas pelas historiografias nacionais. Outrossim, busca superar o simplismo que os termos colonialismo e imperialismo impõem a estrutura complexa do Império Ibérico (Gruzinski, 2014).

Na década de 1980 vários estudos buscaram entender as relações coloniais a partir de uma perspectiva que as colocam como inventivas, ativas, e criadoras. Porém, dialogando com as ideias de Dipesh Chakrabarty (2000), Gruzinski afirma que essas tentativas ainda possuem um caráter eurocêntrico, pois analisam as trajetórias coloniais com os critérios da história europeia, colocando o europeu como a medida de tudo (Gruzinski, 2014). Nessa nova perspectiva, se intenta explorar a maneira como as projeções extras europeias provocaram processos de ocidentalização, mestiçagens e mudanças na escala e redifusão dos traços europeus e africanos após sua reterritorialização.

Ainda de acordo com Gruzinski, a América como laboratório dessas mestiçagens é uma ideia bem sucedida, pois é clara a importância disso na formação da complexa sociedade latino-americana (Gruzinski, 2014). Tal perspectiva permite que as cidades coloniais deixem de ser vistas como simples receptores de ocidentalização, mas passem também a ser entendidas como difusores de formas e práticas suscetíveis de se desenvolver nos vastos espaços que surgiram nesse processo, principalmente durante a Monarquia católica, o autor trabalha com a ideia de *mestiçagem*, *ocidentalização*, *colonização do imaginário*, entre outras, que tornam complexas as formas de relação e de contínuos encontros e contatos de mundos tão diferentes.

Deste ponto de vista as periferias coloniais adquirem um estatuto diferente do que se lhes dá usualmente. Elas deixam de ser terminais geográficos ou cenas portadoras duma história padecida e que se concluiu com as independências do século XIX, para inscreverem-se numa história das mundializações que dura até nossos dias (Gruzinski, 2014).

Porém, essas hipóteses deixavam de fora o caso da Amazônia, pois o território era aparentemente “periférico” por excelência. Por isso mesmo, ainda segundo a visão

de Gruzinski, esta área é mais suscetível de ilustrar suas hipóteses (Gruzinski, 2014). A colonização ibérica rompeu com o território local, o lugar de nascimento para levar ao confronto com espaços desconhecidos. A “mobilidade” ibérica enfraqueceu o etnocentrismo. O gigantismo amazônico incitou os observadores a colocarem-na dentro do espaço mundial.

Assim, buscamos analisar o caso do Maranhão como uma área de circulação, de encontro, que fez parte dos planos de várias nações como França, Inglaterra, e a própria Coroa Ibérica, problematizando a ideia de área periférica e situando-o em um contexto global. Para este estudo utilizamos *Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzman, del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del Capitán que le descubrió se llamó el Río de Orellana*, escrita por Frei Gaspar de Carvajal; a *Relação da Missão do Maranhão, 26 de Março de 1608*, de Luís Figueira; a *Relação das Cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*, de Simão Estácio da Silveira; o *Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição a Ilha do Maranhão e expulsão dos francezes. Lisboa, 24 de outubro de 1616. [versão de 1899]. “Autos de diligencia, requerimentos e outros documentos copiados do Conselho Ultramarino referentes à permanência dos franceses no Maranhão e demais assuntos a respeito da administração na referida capitania”* e a *Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto (1616)*, de André Pereira.

Convidamos agora o leitor a viajar por esse Maranhão globalizado, que fez parte da história de tantas nações.

1. Os primórdios da ocupação: a Amazônia e o Império Ibérico

A inserção do Maranhão na lógica do Império Português aconteceu de forma tardia. Enquanto as terras do Brasil começaram a ser ocupadas, de maneira efetiva, por volta de 1530, o Maranhão teve sua primeira tentativa de ocupação portuguesa apenas em 1605, por meio da ação de missionários jesuítas, ou seja, em princípios do século XVII. Porém, essa ação missionária não passou de uma tentativa que fracassou

como outras tantas.

Por que essa região ficou por tanto tempo de fora do plano de ação do Império Português? Os portugueses já haviam conquistado diversos territórios por todo o mundo, e mesmo movidos por sua curiosidade e desejo pelo conhecimento, próprios do período renascentista, ambicionavam principalmente incursões que proporcionassem ganhos imediatos. As viagens de conquista, rumo ao desconhecido, “eram dispendiosas e raramente se empreendiam sem alguma expectativa de lucro” (Disney, 2010, p. 297). O Maranhão era uma vasta área no interior da América, e os portugueses, inicialmente, se estabeleceram no litoral, onde puderam auferir algum lucro com a exploração de madeiras, por exemplo.

A Coroa de Portugal ofereceu muitas *mercês* e largas terras para que se ocorresse efetivamente o território do então recém descoberto Brasil. Ainda na década de 1530, o rei D. João III proporcionava enormes concessões de terra, chamadas de “capitanias donatárias”, em vista de encorajar as viagens ultramarinas e o estabelecimento nessa região. Portugal já possuía possessões na África e na Ásia, em especial da costa leste da África à Macau, e estendendo-se até Nagasaki e Amboina. De acordo com Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, o Império Português “funcionou como uma rede interligada de cidades portuárias que assumiram diversas características institucionais e diplomáticas, determinadas por interesses econômicos, políticos e culturais específicos” (Bethencourt e Curto, 2010, p. 03); ou seja, a ocupação se restringiu ao litoral.

Se na Ásia e na África a ocupação não se interiorizou, ou mesmo fincou raízes, no Brasil, por outro lado, se quis territorializar e criar colônias, dando-se, além das capitanias, “outorga de vários poderes governativos” para quem fosse para aquelas áreas. Ainda de acordo com os autores citados, essa diferença se deu devido à “necessidade de contrariar os projetos franceses de colonização; *a tentativa de repetir o que os espanhóis tinham conseguido com a descoberta das minas de Potosí*; e o interesse pela obtenção de novas fontes de receita para compensar a primeira crise das índias” (Bethencourt e Curto, 2010, p. 03 e 04).

O Maranhão já aparecia no ano de 1535 como uma das capitanias criadas pelo rei D. João III. Fazia parte das que deviam ser administradas por “João de Barros, famoso historiador da Índia portuguesa, Ayres da Cunha, antigo capitão-mor de Malaca, e

ainda Fernando Álvares de Andrade” (Cardoso, 2011, p. 320). Homens que já haviam circulado por todo o Império português, produzindo muitos relatos escritos sobre suas viagens. Mas, após algumas tentativas de conquistas mal sucedidas, essas terras perderam seu valor, pois estavam dando mais gastos do que lucros, não se encaixando nos desejos mais imediatos dos portugueses.

As terras do Maranhão só se tornaram novamente objeto de interesse no início do século XVII, durante o período da União Ibérica, quando a coroa hispano-lusa, a cargo do rei Felipe II (Felipe III para os espanhóis, 1598-1621), preocupava-se com a constante presença de estrangeiros na costa do Maranhão, principalmente ingleses, franceses e holandeses. Os dois últimos chegando a ocupar tal território em 1612 e 1641, respectivamente.

Durante o período da União das coroas ibéricas, o aparato burocrático e estatal do Brasil aumentou, assim como a sua organização social e militar. Diante disso, o historiador Alírio Cardoso, baseado em seus estudos de doutoramento na Universidade de Salamanca, Espanha, escreveu que não se pode afirmar que a conquista do Maranhão não se deu pela simples reação, rápida e desajustada, da Coroa hispano-lusa à ocupação francesa, mas se deveu a um planejamento bem mais complexo que já estava em curso. Para ele, havia “projetos hispano lusos de ocupação do antigo Maranhão, e seu oportuno embate com outros projetos: o francês, o inglês e, mais tarde, o holandês” (Cardoso, 2011, 320-1).

Antes da ocupação efetiva do Maranhão, fizeram-se várias viagens de reconhecimento, que também possuíam o objetivo de identificar a presença de estrangeiros no território do Maranhão. Uma dessas viagens foi a empreendida por Martim Soares Moreno, que, a mando do governador geral do Estado do Brasil, Gaspar de Souza, realizou uma expedição de reconhecimento da costa do Maranhão.

A Amazônia, como uma área de fronteira entre o Estado do Brasil e as Índias de Castela, era vista como uma potencial rota de comércio. A grandiosidade da Amazônia foi vista desde cedo, tanto que o cronista Gonzalo Fernández de Oviedo em carta ao cardeal Bembo no ano de 1543 já colocou essa região num espaço global, mas em relação a sua rota fluvial. Outra obra importante, para esse autor, na difusão da grandiosidade da Amazônia foi a *História natural y moral de las índias* de José de Acosta.

Na narrativa, a Amazônia aparece como espaço gigantesco a ser descoberto, e

que faz parte da Monarquia Católica e do domínio espanhol. Tal qual Oviedo, o relato do jesuíta José de Acosta também dá destaque a hidrográfica. O relato é de um realismo assombroso, levantando dúvidas “é rio ou mar?”, e ainda o compara com outras partes do mundo, como o Mar Mediterrâneo. “Toda vez que se fala do rio das Amazonas a contextualização implica, requer e ativa uma visão planetária ou pelo menos intercontinental do lugar”.

Tais descrições muitas vezes confundiam essa vasta região com uma área do Vice Reinado do Peru, separada fisicamente do Brasil. Nas próprias construções de mapas isso era recorrente, como na representação cartográfica da ‘América do Sul’, feita no século XVI pelo cartógrafo Arnoldus Florentinus. “Na própria cartografia do século XVI, o nome *Marañón* é utilizado para definir o limite das terras luso-brasileiras ou para nomear o rio que faz essa divisão. Essas fontes confundem o rio *Marañón*, na bacia do Vice Reinado do Peru, com o rio Amazonas, às vezes chamado de ‘Mar Dulce’ ou ‘rio de Orellana’” (Cardoso, 2011, p.319).

Abaixo se temos a *Carta de Arnoldus Florentinus*; a área contornada de vermelho corresponde, mais ou menos, à região na qual se compreendia o Antigo Estado do Maranhão, e a área contornada de azul corresponde ao Brasil.



A. F. van Langeren. Map of South America [1595]. In: Leo Bagrow, *History of Cartography*. New Brunswick; Oxford: Transaction Publishers, 2009 (2ª ed. ampliada), p.103

Como poderemos ver, o Maranhão – que na época correspondia às áreas dos atuais estados do Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Mato Grosso (Norte), Maranhão,

Pará, Piauí e Tocantins, ou seja, a parte norte-nordeste do atual território brasileiro – era ainda uma área sem seus contornos geográficos definidos, porém já conhecido como uma área que fazia ligação entre as ‘Índias’ e o Atlântico. Tem-se, ainda, como exemplo desse conhecimento, o relato do Frei Gaspar de Carvajal, que acompanhou a expedição do Capitão Francisco de Orellana no ano de 1542 em busca de uma especiaria, a canela.

O capitão alterou sua rota com a notícia da existência de uma possível via de comunicação entre Quito e o Mar do Norte, partindo dessa maneira, para a navegação do então desconhecido Rio Amazonas, que por ocasião da *descoberta* recebera o nome de Rio Orellana.

Desta ilha [ilha de Cubagua e cidade da Nueva Cádiz, onde aportaram depois da jornada pelo desconhecido rio] acordou de ir à dar conta à sua Majestade deste novo e grande descobrimento e deste rio, ao qual cremos que é Marañón, porque vai desde a boca até a ilha de Cubagua quatrocentas e cinqüenta léguas de altura, porque assim o vimos depois que chegamos. Em toda a costa, ainda que haja muitos rios, são pequenos (Carvajal, 2002, p. 40).¹

O fato da ocupação efetiva do território do Maranhão ter ocorrido somente no século XVII, não queria dizer que era uma área que estava fora dos planos da Coroa Ibérica. Pelo contrário, já era vista como uma área que poderia viabilizar as atividades comerciais e as espirituais, pois aquele território não era apenas uma fronteira comercial; era também uma fronteira da cristandade, um vasto espaço intocado pela fé católica. Assim como o comércio material era ameaçado por incursões estrangeiras (França, Inglaterra e Holanda), o espiritual também o era, pois a maioria dos estrangeiros que aportaram no Maranhão não professava a fé católica.

¹ (Desta isla [ilha de Cubagua e cidade da Nueva Cádiz, onde aportaram depois da jornada pelo desconhecido rio] acordó de ir a dar cuenta a su Majestad deste nuevo y gran descubrimiento y deste río, el cual tenemos que es Marañón, porque hay desde la boca hasta la isla de Cubagua cuatrocientas e cincuenta leguas por la altura, porque así lo hemos visto después que llegamos. En toda la costa, aunque hay muchos ríos, son pequeños). Frei Gaspar de Carvajal. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzman, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del Capitán que le descubrió se llamó el Río de Orellana. In: PAPAVERO, N. (org.). 2002. *O Novo Éden: A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, 2ªed. Revista e Ampliada. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 40.

2. A primeira tentativa de ocupação por terra: A jornada a Serra de Ibiapaba (1607)

Não é sem motivos que uma das primeiras expedições de conquista do Maranhão foi feita por dois padres jesuítas, célebres na História da Companhia de Jesus, Francisco Pinto e Luís Figueira. Os dois missionários saíram de Pernambuco no ano de 1607, por ordem de Fernão Cardim, provincial do Brasil, em direção ao Maranhão, mas não chegaram ao seu objetivo final. A missão encontrou seu fim na Serra de Ibiapaba com a morte do padre Francisco Pinto em 1608. Esse acontecimento criou um dos *topos* mais recorrente nos relatos jesuítas, o do primeiro martírio dos jesuítas no Maranhão, que ganhará diversas versões, que não cabem destacar neste artigo.

O Relato da Missão do Maranhão, escrito pelo padre Luís Figueira em 1609, que dava conta dos acontecimentos dessa jornada, fez parte de uma documentação que cumpriu um papel importante no processo de conquista das terras do Norte. A partir desse tipo de relato, os jesuítas tentaram persuadir a Coroa Ibérica de que era necessário aliar o poder temporal e o secular nessa nova empreitada, assim como convencer os membros da própria ordem inaciana que esse era um importante passo na conquista espiritual da Amazônia. Assim, segundo Alírio Cardoso:

A tópica do perigo da invasão estrangeira tinha o poder de convencimento apropriado para um e outro alvo. O estrangeiro era duplamente agressor, pois conspirava contra a Fazenda real e, ao mesmo tempo, contra o espaço que era legitimamente reservado aos missionários, servos de Deus e vassallos de seu filho unigido: o rei de Portugal (Cardoso, 2002, p.30).

A Serra de Ibiapaba era considerada o último obstáculo antes do Maranhão, pois as terras daquela região são planas e sem nenhum tipo de elevação. Mas a situação geográfica não era a única barreira para aquela conquista. A serra era ocupada por diversas nações indígenas. Entre essas nações estava a dos Tacarijú, responsáveis pela morte do padre Francisco Pinto.

Luís Figueira lança, ainda, como argumento de convencimento, uma tópica constante nos escritos, versando sobre a região no início do século XVII, a da presença de estrangeiros, principalmente franceses, entre os índios. Para o jesuíta, estava claro, já na época, que a conquista do Maranhão só se faria possível se a Coroa Ibérica con-

quistasse a afeição dos índios; logo a convivência com os franceses era um grande empecilho e perigo de todos os pontos de vistas. Figueira parecia saber que o argumento sobre a presença estrangeira era mais que o suficiente para chamar a atenção da Coroa para aquele desejado território.

Em sua *Relação*, escreveu que ele e o padre Pinto partiram “para o Maranhão [...] com obra de sessenta índios, com intenção de pregar o evangelho àquela desamparada gentildade, e fazermos com que se lançassem da parte dos portugueses, deixando de si os franceses que lá residem” (Figueira, 1940, p.107). O texto está alicerçado no discurso religioso e temporal – evangelização do indígena e expulsão dos estrangeiros – tendo, desse modo, um caráter de persuasão. A tópica da ocupação estrangeira estava perfeitamente acomodada à do comércio realizado entre os indígenas e os franceses, Figueira destacou a necessidade de proteção da região, que se encontrava ao norte de Pernambuco, e fazia fronteira com as *Índias de Castela*. A simples menção de um comércio nela já era o bastante para fortalecer o argumento de ocupação.

Para Luís Figueira, a missão, empreendida por ele e Francisco Pinto, foi uma dura lição, pois os padres saíram sem a proteção de tropas portuguesas para tal jornada, dando espaço para o ataque indígena que levou ao martírio do padre Pinto e inviabilizou a “conquista de tantas almas”. Dessa maneira, fica claro na *Relação* que, para Figueira, a conquista espiritual não se podia fazer sem o auxílio militar português. Assim, pode-se coadunar com a ideia de Rafael Chamboleyron de que:

esta primeira jornada jesuíta ao Maranhão foi claramente marcada pelo caráter estratégico, pois permitia fincar o pé numa região constantemente ameaçada por pretensões de outras nações europeias. Não sem razão recebeu o apoio das autoridades do Estado do Brasil (Chamboleyron, 2003, p172).

Os relatos jesuítas, escritos *a posteriori* à *Relação* de Luís Figueira, destacam o caráter místico e político da atuação jesuítica nessa Conquista, primeiro ao se enaltecer a figura daquele que, segundo eles, teria sido o primeiro mártir do Maranhão – Francisco Pinto – e, segundo, ao exaltar o papel dos jesuítas na conquista e consolidação da Amazônia portuguesa. O certo é que esse tipo de relato fortaleceu a ideia de que era necessário ocupar efetivamente aquelas terras antes que fossem perdidas para outras nações europeias, a França, a Inglaterra ou a Holanda, presenças constan-

tes no Norte. Mas, mesmo diante dos pedidos e argumentos de Luís Figueira, os jesuítas só retornaram àquelas terras acompanhando a armada que foi retomar a região das mãos dos franceses.

3. O projeto da França Equinocial e a ocupação e organização lusa

Os rumores sobre a presença francesa estavam certos. Corsários franceses, como Jacques Riffault e Charles de Voux, aportavam no extremo norte das terras portuguesas na América, desde finais do século XVI. Esses dois corsários conheciam muito bem a língua e os costumes dos indígenas, os Tupinambá do Maranhão, possivelmente aprendidas em outras empreitadas feitas por eles e por outros franceses naquelas terras.

Riffault não demorou a retornar à Europa com a promessa de buscar apoio para tal empresa. Charles de Voux continuou na região, e durante sua estadia por lá se tornou muito querido entre os indígenas, e perito em suas línguas. Vários relatos, ao seu respeito, afirmam que ele dispensava um ótimo tratamento aos indígenas do Maranhão, e era chamado, entre esses indígenas, de *Itajiba*², ou seja, braço de pedra ou braço de ferro, graças a suas qualidades de guerreiro.

Diante da demora do retorno de Riffault, de Voux resolveu ir à França contar ao rei das riquezas e da boa disposição dos naturais da terra com os franceses. Diante dos argumentos do navegador, o rei Henrique IV mandou o fidalgo Daniel de la Touche, Senhor de la Ravardiére, averiguar as notícias dadas. Chegando ao Maranhão, o fidalgo logo se agradou do que lhe foi apresentado. Mas ao retornar encontrou o rei Henrique IV assassinado em 14 de maio de 1610 por Jacques Ravailac, e seu filho Luís XIII não possuía idade para assumir o trono, pois estava com apenas nove anos. O reino ficou nas mãos da regente, Maria de Médices, que, diante da situação da França no período, deu pouca atenção ao projeto, embora concedesse autorização para que la Ravardiére desse continuidade a ele. Mesmo assim os planos dos conquistadores fo-

² Serge Gruzinski afirma que “a informacion lingüística no es um alarde de erudición, más bien denuncia una denominación que llega del exterior y, al revés de cualquier intento exotizante, reintroduce el noble autóctoni” (GRUZINSKI, S. 2011. *Las cuatro partes del mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 247).

ram adiados por cerca de um ano.

O projeto de ocupação foi financiado por capital particular. E, em março de 1612, navegadores franceses partiram para por em prática a ocupação do Maranhão. Nos navios foram o Almirante François de Razilly e outros franceses, entre eles, os religiosos Capuchinhos, Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, que deixaram os principais relatos sobre essa empreitada: a *História dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, escrita pelo primeiro, e a *Viagem ao Norte do Brasil feito nos anos de 1613 e 1614*, pelo segundo.

Um dos aspectos que mais chama atenção nesses episódios é que os franceses parecem ter entendido – o que Luís Figueira já havia posto em evidência em sua *Relação* (1609) – que somente um bom relacionamento com os indígenas permitiria a conquista daquelas terras. Eles tratavam os indígenas de forma “respeitosa” desde suas primeiras passagens pelo Norte. Com essa política de “boa vizinhança” estabeleceram-se na Ilha de São Luís, que recebera este nome em homenagem ao rei menino de França Luís XIII, construíram um forte e celebraram a primeira missa em oito de setembro do mesmo ano.

O Capitão Simão Estácio da Silveira afirma em sua *Relação sumária das cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*, publicada em 1624 – seis anos após a passagem dos franceses por aquelas terras – que “no descobrimento desta Conquista, tem Sua Majestade e os senhores reis passados metido muito cabedal, assim por terra como por mar”, ou seja, o Capitão afirma que a coroa hispano lusa já vinha tentando chegar àquela região.³ Não se pode, é claro, esquecer-se do caráter propagandístico da *Relação Sumária*, ainda no prólogo, por exemplo, Estácio da Silveira afirmou: “na nau em que fui por capitão se embarcaram perto de trezentas pessoas, alguns com muitas filhas donzelas, que, logo em chegando, *casaram todas e tiveram vida que cá [Portugal] lhes estava mui impossibilitada, e se lhes deram suas léguas de terra*” (Silveira, 2001, p.29 e 25).

O governador do Brasil, Gaspar de Sousa, havia mandado Jerônimo de Albuquerque dar prosseguimento até aquela região, porém este ficou na costa do Ceará,

³ Primeiro por terra por Gabriel Soares, que chegou apenas até o São Francisco, a trezentas léguas do Peru, eles se perderam no Charcas, mas desistiram como muitas outras ao identificar as dificuldades de tal travessia.

no Buraco das Tartarugas.⁴ Até a volta da expedição de reconhecimento feita por Martim Soares Moreno, já referida anteriormente, não se tinha ainda noção da ocupação francesa naquela região. Ele havia levado “recado a este Reino que estavam ali franceses em quantidade, com o qual aviso mandou Sua Majestade ordem ao dito governador geral que tornasse a enviar a este descobrimento e conquista ao dito Jerônimo de Albuquerque; e para isso, lhe deu mais gente e munição” (Silveira, 2001, p.30-1).

Diante de tal ameaça, que já havia sido alertada por Luís Figueira em 1609, a coroa hispano lusa teve que por em prática seus planos de ocupar aquele território, fronteira com as Índias de Castela, e que podia vir a ser uma importante rota de comércio, pois havia a crença de que, através dos rios que cortavam o território, se ligaria a Vice Província do Peru diretamente ao Oceano Atlântico.

Mas antes de entrar diretamente na investida contra a ocupação francesa das terras portuguesas na América, parece importante refletir sobre o que motivou a ocupação francesa daquela região.

Roger Chartier, ao prefaciar o livro de Andrea Daher *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*, afirma que os textos produzidos pelos capuchinhos franceses, Claude D’Abeville e Yes d’Evreux a respeito da ocupação francesa do Maranhão buscavam situar aquela empresa missionária e de colonização “no âmago do sonho messiânico que habita a monarquia francesa ao findar as Guerras de Religião”. Nesta perspectiva, tal projeto não se justificava apenas por questões comerciais, mas ainda por questões religiosas. Os textos dos capuchinhos deixam claro que a evangelização não se destacava da tomada de posse e esse messianismo universal justificava os interesses do príncipe francês (Chartier, 2007, p.14-15).

Podemos inferir daí que a ocupação da Ilha do Maranhão, feita pelos franceses, não foi uma simples incursão de piratas, que mais tarde tomou corpo de uma expedição particular. Mas almejou, quem sabe, ser um lugar de alívio das tensões e esfacelamentos gerados pelas Guerras de Religião, projeto similar ao que a Inglaterra pôs em prática na América Inglesa.

De acordo com os relatos dos religiosos, o ato de levar o cristianismo aos indígenas do Maranhão não se desvinculava da conquista daquele território. Isso se torna

⁴ Atual enseada de Jericoacoara.

claro na posição que eles, religiosos e expedicionários, tomaram em relação aos indígenas. Já foi dito anteriormente que os franceses davam um tratamento aos indígenas diferenciado do dado pelos portugueses. Roger Chartier destaca as diferenças entre a visão dos capuchinhos franceses e a dos jesuítas portugueses, do início da Conquista do Brasil, em relação à obra missionária (Chartier, 2007).

No início da ação jesuítica na América portuguesa a 'sujeição' dos indígenas era a condição "prévia de evangelização", na qual eles eram tirados à força de sua terra e levados aos aldeamentos, espaços controlados nos quais o domínio dos índios se tornava mais fácil, ou menos difícil. Já os capuchinhos vinculavam "a legitimidade da colonização ao reconhecimento *voluntário, deliberado*, da soberania do rei da França", ou seja, enquanto os jesuítas portugueses acreditavam que primeiro era necessário sujeitar os índios para aceitação da fé e do rei, os outros acreditavam que os indígenas deveriam aceitar tais condições voluntariamente. Muitas vezes essa diferenciação residia principalmente em:

modalidades particulares, da controvérsia a respeito da soberania sobre as terras e povos do Novo Mundo, que gerou o confronto, na Espanha da primeira metade do século XVI, entre os defensores da liberdade natural dos índios e os partidários de um direito irrestrito de conquista (Chartier, 2007, p.18).

Esse confronto teve seu principal representante em Bartolomeu de Las Casas, para quem a violência não era um direito. Essa questão passava pelo mote das chamadas guerras justas,⁵ que no sentido escolástico era a guerra empreendida contra todo aquele que se opunha ao direito missionário de propagar a palavra de Deus. Assim como para Las Casas, para os Capuchos a violência também não era justificada por nenhum meio ou para nenhum fim.

A boa disposição tida pelos indígenas do Norte para com os franceses foi atribuída também ao fato de, provavelmente, eles serem descendentes daqueles que já

⁵ Legitimava-se a guerra justa contra os povos indígenas quando esses impediam a propagação da fé, eram hostis aos índios aliados dos portugueses, invadiam aldeias e quando quebravam os pactos celebrados com os portugueses. Havia, ainda, outras duas justificativas, que levantavam muitas polêmicas sobre sua legitimidade: quando esta explicava a salvação das almas, vendo-se na guerra um meio de conversão; e a antropofagia, em que a guerra se justificaria em defesa das vítimas. Cf. MELLO, 2010, p. 85.

havia tido contato com os portugueses, dos quais haviam fugido. Assim, provavelmente, por ter tido algum contato com os europeus, era mais fácil, para eles, absorverem, aprenderem os modos franceses.

Da França partiu uma frota de três navios e cerca de quinhentos tripulantes, com a benção da Regente. O projeto de se fundar uma França Equinocial, além de parecer lucrativo, era uma opção para aliviar a tensão religiosa daquele momento. Então, por que os franceses abriram mão dele se já haviam investido recursos financeiros, e este parecia ser viável?

Para tentar refletir sobre essa questão é necessário retomar a discussão anterior. Ao saber da ocupação franca na região Norte das terras portuguesas, o rei Felipe III ordenou ao governador do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa, que enviasse uma expedição ao Maranhão em 1613, que contou com soldados lusos pernambucanos e com extensa participação indígena, mas só foi efetivada de fato em 1615.

Essa expedição foi dividida em duas armadas. A primeira saiu do Recife em 22 de junho de 1614, liderada por Jerônimo de Albuquerque. A segunda foi ao encontro da primeira em 23 de agosto do mesmo ano, tinha por capitão Diogo de Campos Moreno, como segundo imediato Alexandre de Moura e, ainda, contava com o experiente expedicionário Martim Soares Moreno.

As armadas estavam munidas de muitos indígenas, diz-se que parentes dos da região conquistada, levados tanto para o combate direto, quanto para o indireto, pois também foram muitas vezes usados para persuadir seus parentes que estavam do lado dos franceses a passarem para o lado português. E, como a conquista do território não se desvinculava da conquista espiritual, nas armadas estavam presentes religiosos jesuítas e franciscanos.

Os historiadores do Maranhão e do Pará, na produção mais recente acerca da temática, Carlos Alberto Ximendes (2010) e Alírio Cardoso (2002), destacam em seus trabalhos que as expedições foram marcadas por disputas internas, entre grupos que traziam suas rivalidades de Pernambuco. Logo “a conquista da Amazônia foi uma tentativa de conservar esses territórios sob o domínio luso espanhol, mas também foi uma ação de transferência de poderes políticos, de honras militares, de cargos de confiança, de oportunidades econômicas, coisas cada vez mais difíceis de obter no Estado do Brasil” (Cardoso, 2002).

De acordo com relatos da época, a Conquista da Ilha do Maranhão se deu mais por meio de negociações que por meio de batalhas propriamente ditas. No Regimento de Gaspar de Sousa havia a previsão de se pagar indenização aos franceses que ocupavam a região. Alexandre de Moura não ficou satisfeito com essa situação. Seu descontentamento ficou claro no relatório escrito para o rei Felipe, no qual afirmava não gostar da ideia de “pagar a corsários o que eles mal tinham feito em suas terras [de Portugal] e na posse e injusto título com que possuía, achando com forças bastantes para com brevidade o poder sujeitar”.⁶

Depois de idas e vindas, nas negociações, o Maranhão foi integrado ao Império Ibérico em 1615, quando se deu a retirada definitiva dos franceses de seu território, tendo início assim, efetivamente a ocupação lusa. Deve-se pensar essa retirada dos franceses, sem maiores resistências, de uma forma mais ampla, pois de acordo com as relações e crônicas sobre a época, o número de franceses era consideravelmente maior que o de portugueses, assim como o número de indígenas que estavam ao lado daqueles.

Os textos da época dão um caráter milagroso à vitória portuguesa, como as próprias crônicas jesuíticas. Mas o certo é que o casamento entre Luís e Ana d'Áustria influenciou no abandono da conquista e da propaganda a favor dela. “Daí a renúncia da França Equinocial, largadas às tropas portuguesas, e a destruição do livro de Yves d'Evreux, inscrito na tradição que condena as atrocidades cometidas no Brasil pelos súditos lusitanos do rei espanhol” (Chartier, 2007, p.22).

Após a conquista das terras do Norte pelos portugueses, houve uma boa produção de obras que propagandeavam as riquezas e oportunidades comerciais e políticas do Maranhão, como a já citada *Relação das cousas sumárias*, de Simão Estácio da Silveira, que foi oferecida aos *pobres deste Reino de Portugal*. O capitão assim afirma:

Contudo vai o Maranhão cada dia em crescimento, e a terra mostrando sua fertilidade e fecunda: e são feitas muitas roçarias de fari-nhas e outras culturas, e há já muitas casas de telha, muito boas ola-

⁶ Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição a Ilha do Maranhão e expulsão dos franceses. Lisboa, 24 de outubro de 1616. [versão de 1899]. “Autos de diligência, requerimentos e outros documentos copiados do Conselho Ultramarino referentes à permanência dos franceses no Maranhão e demais assuntos a respeito da administração na referida capitania”. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, II-32, 18,21.

rias, muitas caças, pescarias, mariscos, frutas, mel, hortas, sal e lenha, e algumas criações e muitas outras cousas, como adiante diremos, com que vivem contentes em grandíssima abundância, e cada dia se vai enobrecendo a terra com igrejas e outros edifícios particulares, e a Câmara do Maranhão tem próximo de cem mil réis de renda de foros da sua légua de terra que se lhe tomou ao longo da cidade; só faltam comércio e navios, em que os homens se valham do que tiverem e haja a troco o que lhes falta, que, como houver um navio na terra, logo começará a florescer e mostrar as grandezas de sua fertilidade (Silveira, 2001, p.40).

O texto é francamente construído em tom propagandístico, para atrair tanto colonos quanto atenção da Coroa hispano lusa para o Maranhão, organizando-se em torno das tópicas do bom governar, da natural abundância e da oportunidade. Estácio da Silveira descreveu a fauna e flora da região com riquezas de detalhes, mas, essas não foram as únicas tópicas presentes nos relatos escritos após a tomada do território. A tópica sobre a presença estrangeira continuou a ser destacada mesmo após a conquista efetiva, assim como a do comércio dos indígenas com esses estrangeiros, principalmente holandeses. Na *Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto*, escrita pelo capitão André Pereira em 1616, o receio com tais questões aparece claramente.

Por todas aquelas partes mostravam as terras serem fertilíssimas de Madeiras, é na bondade delas cheias todas as ilhas de muita caça; é chegando ao sítio aonde fizemos fortalezas por el Rei nosso senhor, que será 35 léguas pelo rio acima para o Sul, por parecer ele ao Capitão Mor bom sítio trabalhando nela *se soube de um francês que ali andava fugido aos do Maranhão*, como em umas aldeias do gentio que estão pelo rio mais acima *andava um flamengo, que ali tinham deixado outros para ter aprendido a língua e adquirido assim o gentio para seu trato, e que também esperavam por irmão seu povoarem naquela parte onde agora está a nossa fortaleza*, e aonde havia poucos dias se tinham ido três embarcações de flamengos, como depois confessou o mesmo flamengo (Pereira, 2002, p.111).

O capitão continua o relato afirmando que havia repartido 250 ou até 300 homens em duas fortalezas de madeira e que possuíam engenhos de açúcar, carregando com sua produção alguns navios. Mas escreve em tom mais grave ainda sobre o comércio que os holandeses haviam estabelecido com os índios. Ele afirmava que “as mercadorias que este gentio vende aos holandeses são: algodão, tinta de urucum, que

é como grão, alguma pita, é este pão Cotiara [sic] como outras sortes de madeira que não faltam, tabaco; dizem que há castores [sic]" (Pereira, 2002, p. 111-112).

Os argumentos que buscavam os favores da Coroa para a ocupação e organização das terras do Maranhão se assentavam na tópica da abundância natural, possibilidades de riquezas e de ascensão política e social. Mas ainda, principalmente, na do medo do conhecimento que os estrangeiros tinham das rotas do comércio e dos indígenas da região. Os holandeses eram os inimigos mais presentes e temidos, de acordo com os relatos; possuíam, inclusive, fazendas na qual produziam açúcar na região, e enchiam navios, além de comerciarem livremente com os indígenas. Esse medo se justificava, pois os holandeses já rondavam as costas de Pernambuco, e mesmo após o fim da União Ibérica ocuparam o Maranhão, em novembro de 1641.

De acordo com Chambouleyron, desde o início da ocupação da Amazônia portuguesa essa região foi pensada como um território diferente da América portuguesa. Essa política era típica da coroa castelhana que primava pela descentralização de suas vastas possessões, ao contrário da política da coroa portuguesa. Essa descentralização também se justificava pela distância da região à capital, Salvador, e de outros importantes centros, como Pernambuco. E também pelas correntes e ventos, que tornavam muito difícil navegar de Belém ou São Luís para a Bahia, era mais fácil navegar diretamente para Lisboa (Chambouleyron, 2006, p.11).

Mas há ainda outra questão, que foi o projeto do então governador do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa. Para ele, essa nova fronteira do império luso-espanhol devia possuir uma administração própria, uma vez que sua configuração territorial deixava claro que a economia podia potencialmente se desenvolver melhor se tivesse ligações com as redes⁷ comerciais atlânticas, pois sua comunicação era mais fácil com a Europa, e mesmo com o vizinho Peru.

Esse novo território significava a possibilidade de se obter determinado privi-

⁷ O conceito de redes aplicados nesse trabalho é aquele que de acordo com Ronald Raminelli, observa as redes como "unidades interligadas pela circulação de bens, pessoas e instituições", e ainda de acordo com Maria Fernanda Bicalho "tais redes permitiam não só a troca de mercadoria, mas também a difusão de ideias, comportamentos e valores, gerando uma circulação cultural que reforçava tanto a flexibilidade, quanto a solidez da rede. As redes foram o veículo privilegiado de difusão das grandes religiões de espírito universalista". RAMINELLI, R. 2006. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, p.17. SOUZA, L. de M., FURTADO, J. F. e BICALHO, M. F. (orgs.). 2009. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, p.96.

légios. Gaspar de Sousa foi o grande responsável pela migração de determinada burocracia, pois para ele, e outros tantos administradores posteriores, “o Maranhão era uma possibilidade de conseguir mais facilmente certas vantagens que no Brasil eram bem mais difíceis”. Um exemplo da busca pela ocupação desse espaço *vago* de influência e privilégios que era a Amazônia portuguesa foi Jerônimo de Albuquerque, nomeado primeiro Capitão-Mor, para cristalizar a sua posse sobre aquele território adicionou a seu nome a alcunha de Maranhão, e esse gesto foi seguido por seus filhos:

de fato o que pretendia o velho capitão era tentar, já no começo da Conquista, construir uma nova geografia nobiliárquica, associando o nome Albuquerque à administração e ao exercício de poder na nova fronteira, distanciando esse ramo da família daquela do Brasil (Cardoso, 2002, p. 66 e 71).

Ainda segundo Cardoso, Gaspar de Sousa, além da questão de transferência de poderes, alegava que a grande vantagem de separar o Maranhão do Brasil era principalmente o fator financeiro. Criar uma nova unidade era dispendioso, diante da necessidade de grandes gastos com contingente militar para proteção da região, ainda muito ameaçada pela presença estrangeira, de acordo com os relatos da época (Cardoso, 2002). O historiador Jerônimo de Viveiros afirma que a tropa portuguesa na Bahia não passava de 140 homens; em Pernambuco não chegava a 100; e no Maranhão e no Pará era de 513 homens (Viveiro, 1984, p. 13).

Esse elevado número de soldados evidencia essa preocupação. Mas a própria ereção de uma cidade custava caro, com a construção de fortes, presídios, colégios. Mesmo que a Conquista tenha sido mais financiada por capitais particulares, eram necessários investimentos oriundos do Estado do Brasil, mas esse estava envolvido em sua própria dinâmica, e não possuía cabedal financeiro suficiente para isso. O projeto de Gaspar de Sousa era que a divisão do Estado do Maranhão do Estado do Brasil transferisse o ônus diretamente para a Coroa lusa espanhola e para os novos senhores do local, no caso, os Albuquerque.

A criação do estado foi ordenada em junho de 1618 por D. Felipe, mas foi somente em 1626 que chegou àquelas terras seu primeiro governador, Francisco Coelho de Carvalho. O projeto que Gaspar de Sousa havia pensado não foi cumprido efetivamente. Ele desejava que o Maranhão fosse integrado à rede de comércio das índias de

Castela com a Europa, tendo, dessa maneira, um comércio independente do Brasil. Mas a integração do Maranhão no comércio oceânico – que já havia sido pensada por navegadores como André Pereira, Manuel de Sousa Eça e Simão Estácio da Silveira, que achavam possível ligar em menos tempo Peru à Castela, através de rotas fluvial, pelo rio Marañon-Amazonas – não foi posto em prática (Cardoso, 2002, p72 e 74).

Vale ressaltar que esses planos de integração se mostravam válidos no período da União Ibérica, que tornava, de certa maneira, os interesses de Castela e de Portugal os mesmos, e quando a integração entre as possessões das duas coroas na América era perfeitamente realizável. Mas com o fim da União, em 1640, os projetos para a “expansão oceânica” do Maranhão foram redefinidos ou mesmo deixados de lado, pois esta região fica praticamente abandonada pelos interesses da Coroa portuguesa.

Considerações Finais

Esperamos ter chegado ao nosso objetivo de mostrar que o Maranhão durante o período da União Ibérica fez parte de um cenário mundial, pois fora ocupado por várias nações, além de ter ocupado um lugar importante nas narrativas e literaturas de viagens da época. Entender esse espaço na perspectiva da história conectada é vê-la para além do velho estereótipo que estava submetida, como dissemos anteriormente, uma área por si só periférica, é entender que fez parte do imaginário europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Como asseverou Serge Gruzinski é importante insistir sobre a dimensão global do passado da região, dando conta da relevância deste lugar tão privilegiado e ameaçado, para isso cabe a nós entendermos a singularidade do seu destino histórico.

No passado a canela, as drogas do sertão, a mão de obra indígena barata – já que escrava – atraíram colonos, empresas e estados para a Amazônia. A região sempre teve uma existência fora dela mesma: os espanhóis do século XVI sonhavam com as espécies e as Amazonas da floresta, os ingleses esperavam chegar ao El Dourado, os portugueses do século XVII achavam que encontrariam produtos facilmente aproveitáveis, enquanto os jesuítas acreditavam que aqui estava a base do quinto império.⁸

⁸ A citação está presente no programa de curso do professor no site <http://www.ufpa.br/pphist/disciplinas.html>, p. 06.

Ao ler as crônicas, relações e observar os mapas da época, percebemos a posição singular que o Maranhão (ou Amazônia) possuía nos planos sociais, políticos e econômicos das nações europeias. Para a Monarquia Católica era uma área importante que ligaria as minas de prata do Peru diretamente ao Atlântico por meio da navegação do rio Amazonas, para França, quem sabe, um alívio para as tensões religiosas que a acometiam no século XVII, para os jesuítas uma área importante para a conquista espiritual. Sem mencionar os planos econômicos da Inglaterra, e a posterior ocupação holandesa no ano de 1641.

Fontes

VAN LANGEREN A. F. 2009. Map of South America [1595] In: Leo Bagrow, *History of Cartography*. 2ª ed. Ampliada. New Brunswick; Oxford: Transaction Publishers.

CARVAJAL, F. G. de. 2002. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, Fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzman, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del Capitán que le descubrió se llamó el Río de Orellana. In: PAPAVERO, N.(org.). *O Novo Éden: A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. 2ªed. Revista e Ampliada. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

FIGUEIRA, L. 1940. Relação da Missão do Maranhão, 26 de Março de 1608. In. Serafim Leite, SJ. *Luís Figueira sua vida e obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.

PEREIRA, A. 2002. Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto (1616). In. PAPAVERO, N. (org.) *O Novo Éden: A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*, 2ªed. Revista e Ampliada. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Relatório de Alexandre de Moura sobre a expedição a Ilha do Maranhão e expulsão dos franceses. Lisboa, 24 de outubro de 1616. [versão de 1899]. "Autos de diligência, requerimentos e outros documentos copiados do Conselho Ultramarino referentes à permanência dos franceses no Maranhão e demais assuntos a respeito da administração na referida capitania". *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, II-32, 18,21.

SILVEIRA, S. E. da. 2001. *Relação das Cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*, São Paulo: Siciliano.

Referências bibliográficas

CARDOSO, A. C. 2002. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no Antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP.

_____. 2011. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338.

CHAKRABARTY, D. 2000. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.

CHAMBOULEYRON, R. 2006. Conquista e colonização da Amazônia portuguesa (século XVII)". IN: SANTOS PÉREZ, J. M. PETIT, p. (Orgd.). *La Amazônia Brasileira En Perspectiva Histórico*. Salamanca, ESPANHA: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 11-22.

_____. 2003. Em torno das Missões Jesuíticas na Amazônia (séc. XVII). *Separata de Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 15, pp. 163-209.

CHARTIER, R. 2007. Os Capuchinhos no Maranhão. In. Andréa Daher, *O Brasil Francês: As singularidades da França Equinocial, 1612-1615*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.13-23.

DISNEY, A. 2010. A Expansão Portuguesa, 1400-1800: Contatos, Negociações e Interações. In. Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (Org.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, pp. 295-326.

GRUZINSKI, S. 2014. *A Amazônia e os inícios da globalização (Sécs. XVI-XVIII): da História local à História Global*, Belém: Estudos Amazônicos.

_____. 2010. *Las cuatro partes del mundo: História de uma mundialização*. México: Fondo de Cultura Económica.

MELLO, M. E. A. de S. e. 2010. A paz e a Guerra: as Juntas das Missões na Amazônia colonial do século XVIII. In. José Luis Ruiz-Peinado Alonso, Rafael Chambouyron (orgs). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai/PPGH-UFGA/Centro de memória Amazônica.

RAMINELLI, R. 2008. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.

SOUZA, L. Me, FURTADO, J. F. e BICALHO, M. F.(org.). 2009. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda.

VIVEIRO, Jerônimo de S. 1984. *História do Comércio do Maranhão (1612 – 1695)*. São Luís: ACM. V. 1.

XIMENDES, C. A. 2010, *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. Niterói, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.

Recebido em: outubro de 2016.

Aprovado em: dezembro de 2016.